

GT 12 – Trajetórias econômico-políticas da América Latina contemporânea

ESTRUTURAS DO ESTRUTURALISMO

Como o pensamento estruturalista cepalino moldou concepções, discussões e encaminhamentos na Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD I, 1964)

STRUCTURES OF STRUCTURALISM

How the thought of ECLAC shaped conceptions, discussions and approaches at the First United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD I, 1964).

Maurício Milanez Eleutério¹

RESUMO

Este trabalho buscou analisar a possibilidade, a maneira e o grau de influência do pensamento dos primeiros anos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) na primeira reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), ocorrida em 1964 (UNCTAD I). Para tal, sistematiza o pensamento cepalino oriundo de seus relatórios econômicos regionais anuais entre sua fundação e a primeira reunião da UNCTAD (entre os anos de 1948 e 1963, portanto) em seus principais pontos e afere sua presença nas discussões e nos encaminhamentos da UNCTAD I em seus assim chamados Referenciais (isto é, suas instâncias, seus atores e suas sessões) a partir de sua ata e seu relatório final, além dos discursos ora feitos. Neste feito, apresenta os resultados parciais de uma pesquisa em andamento e os próximos passos a serem tomados, bem como possíveis desafios e limitações do escopo de trabalho.

Palavras-chave: Relações internacionais. Desenvolvimento. Análise institucional. Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

ABSTRACT

This work sought to analyze the possibility, manner, and degree of influence of the thinking of the early years of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) on the first meeting of the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), held in 1964 (UNCTAD I). To this end, it systematizes ECLAC's thinking from its annual regional economic reports between its founding and the first UNCTAD meeting (between 1948 and 1963, therefore) in its main points and assesses its presence in the discussions and directions of UNCTAD I in its so-called Reference Frameworks (that is, its instances, its actors, and its sessions) based on its minutes and final report, as well as the speeches made. In this endeavor, it presents the partial results of ongoing research and the next steps to be taken, as well as possible challenges and limitations of the scope of work.

Keywords: International relations. Development. Institutional analysis. Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC). United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD).

Data de envio do artigo: 04/12/2025

¹ Graduando do curso de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP). email: milanez.eleuterio@usp.br

1 INTRODUÇÃO

“Pela primeira vez na história, contamos com os recursos necessários para a realização dos nossos planos mais audaciosos”. Era com tal otimismo e crença na capacidade de agência humana que o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), U Thant, apresentava em uma conferência em 1962 as principais metas do Década do Desenvolvimento que a organização estabelecia até 1970 - crescimento da renda nacional dos países em desenvolvimento em 5% ao ano, aumentando os padrões de vida em 100% em um período de 25 a 30 anos.

O otimismo do secretário-geral da ONU não era para menos: os anos do pós-guerra até a primeira crise do petróleo em 1973 mostram um reordenamento geral das relações internacionais, marcado por tendências como o fim do imperialismo (ao menos em sua forma direta), a ascensão da ordem bipolar, a construção do sistema monetário-financeiro internacional de Bretton Woods e a proliferação de acordos multilaterais e organizações internacionais sobre os mais diversos temas e possibilidades regionais, por exemplo. Neste feito, a despeito de fatos citados como o acirramento de tensões entre os modelos socialista e capitalista ou mesmo conflitos políticos e étnicos locais ao redor do globo, uma série de novas possibilidades se mostrava a mais da metade da população global, oriunda dos países periféricos.

Uma sequência de fatos podem demonstrar o momento ímpar em que as nações periféricas viam um panorama jamais visto e que encorajara novos arranjos de debate e posição nas relações internacionais: primeiramente, a descolonização na África, na Ásia e no Caribe fez do número de membros do sistema ONU saltar de 51 em 1945 para mais de 120 no anos 1970; ademais, propagaram-se as frentes de apoio técnico e financeiro internacional na disputa entre as potências rivais da Guerra Fria que buscavam atrair para seu espectro de influência um número cada vez maior desses novos países (ainda que para acesso a tais benefícios uma série de contrapartidas se estabelecesse); mesmo o crescente processo de industrialização e substituição de importações e investimentos em educação e saúde reformularam totalmente as estruturas internas destas nações periféricas, que, com suas novas conjunções políticas, desdobravam-se em novos e mais ambiciosos direcionamentos em termos de política externa, refletido nas novas frentes de debate e inserção internacional que se construía em volta da busca pelo desenvolvimento.

Essa nova possibilidade de agência, ainda que limitada, despontava no horizonte de tantas nações há séculos completamente apartadas do debate internacional, agora por meio

dos organismos internacionais - como a ONU - ou mesmo nos concertos político-econômicos que começavam a integrar como membros fundadores - como o General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) - como vozes ativas de entendimento, diagnóstico e compreensão da nova realidade global que se mostrava, mas, além disso, das possibilidades de intervenção e mudança decorrentes que se buscavam, frente aos séculos de exclusão e subalternidade que enfrentaram.

Considerando esta possibilidade de agência que se descortinava defrente estes novos atores das relações internacionais, os países periféricos, cabe pontuar as perspectivas que efetivamente possuíam, de onde derivavam essas perspectivas, os objetivos que engendraram cada uma delas e os fatores políticos envolvidos no desenvolvimento de cada um destes projetos e suas negociações e implementações político-econômicas subsequentes.

Uma referência central para a concepção geral deste trabalho, sobretudo para os problemas levantados a partir do contexto e as possibilidades de discussão que surgiam foi o artigo “Developmentalism as Internationalism” de C. Thornton em que a autora sublinha a agência dos países periféricos na imposição de pautas para além dos projetos de imposição de temas e procedimentos emanados dos países centrais (como o paradigmático Ponto 4 de Truman), sendo o desenvolvimentismo nada mais que um projeto internacional gestado de redistribuição de atribuições e potencialidades nas relações internacionais (Thornton, 2023, p. 48).

Essa redefinição de possibilidades pôde ser historicamente vislumbrada na maior presença internacional dos países periféricos em órgãos multilaterais que cada vez mais se criavam no sistema ONU, como a Comissão Econômica para a Europa (UNECE), a Comissão Econômica para a África (UNECA), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP) e a Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental (ESCA) ou mesmo a Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), como Krepp (2022) analisa a trajetória dos países latinos até a UNCTAD (cuja primeira conferência, a UNCTAD I, foi realizada em 1964), estabelecendo-a, em termos práticos, como um órgão permanente de debate de reforma do sistema econômico internacional, ou mesmo como Mickelson (1997) sob uma perspectiva jurídica que enxerga essa mobilização como uma compreensão do direito ao desenvolvimento como instrumento de reparação histórica à subalternidade vivida por essa miríade de países por tanto tempo, persistente em tempos tidos já como tão modernos. Esta nova inserção internacional através dos debates que propunham suas pautas de redefinição de

termos de comércio ou mesmo acesso a financiamento não passou incólume à resistência, senão mesmo tentativas de reação de países centrais, como aponta Balakrishnan (2000) do uso do termo “pobreza” como categoria moral política de prescrição de normas e medidas vistas como possíveis e convenientes por tais países dominantes, cuja representação máxima pode ser vista no ponto 4 da Doutrina Truman.

Levando em conta esta nova fronteira de possibilidades, destacam-se publicações como de Hernández (2022), que, por sua vez, examina este pensamento desenvolvimentista nascente que dialeticamente influenciava e era influenciado pelas negociações diplomáticas internacionais em temas como comércio e desenvolvimento na medida em que destaca o imperativo de formação, emergência de um pensamento regional depois dos conturbados e apressados processos de industrialização que atravessaram a América Latina nos anos 1930 e 1940 que acaba por internacionalizar e globalizar debates econômicos da periferia usando, para tal, fóruns internacionais como a ONU, em agências e conferências como a CEPAL e a UNCTAD.

Caso se leve em conta os arranjos institucionais e diplomáticos que se multiplicavam, faz-se evidente a centralidade destas duas última instituições no período como Krepp (ibid) pontua que a CEPAL é uma marco latino de resistência à ingerência estadunidense, e, logo estabelecida, mostra sua relevância com a influência de seus relatórios em planos reformistas de governos e mesmo a presença de seu pessoal em altos cargos de chefia, sendo (...) “Possibly its most important legacy was the creation of a transnational network in the Americas.” (Krepp, 2022,p. 92) e que a UNCTAD é um raro momento de convergência global, a despeito de temores de seu escopo por Estados Unidos da América (EUA), Reino Unido (GBR) e mesmo Alemanha Ocidental (RFA): “UNCTAD was the global event of 1964 and a rare moment of historic convergence, where visions of decolonization, revolutionary movements, and economic in equality clashed.” (ibid, p. 96). Conforme publicações da próprias Nações Unidas (2004) em compêndios comemorativos de efemérides da instituição (UNCTAD) sua importância se via na medida em que emerge como um fórum de debate de dispositivos e medidas de comércio para os países mais pobres em contraponto aos cenários e dominância hegemônica de países centrais como no GATT, a partir de demandas de maior possibilidade de inserção e discussão advindas originalmente da Conferência do Cairo de 1962.

Atentando-se ao histórico de ambas instituições, incontornavelmente surge o nome de Raúl Prebisch, economista argentino que foi um dos primeiros secretários-gerais da CEPAL

(1950-1963) e de seus principais articuladores, bem como primeiro secretário-geral da UNCTAD (1964-1969) responsável por muito daquilo que ficaria conhecido como o pensamento estruturalismo cepalino (sobretudo expresso na Tese da Deterioração dos Termos de Troca, ou simplesmente Tese Prebisch-Singer) e pelas primeiras diretrizes gerais do que seriam o pontos de ataque da UNCTAD, em muito definidos e debatidos em sua primeira conferência, em 1964. Em que pese, pois, não se tratar de um trabalho personalista, sobre a figura de Prebisch, para se compreender o que e como se discutia em tais fóruns, sua obra é um marco referencial importantíssimo, figura que López (2020) classifica como produtor de um “keynesianismo periférico” que se debruça sobre temas como mercado exterior, termos de câmbio e estruturas produtivas internas, como fica visível nos relatórios regionais anuais que a organização pública a partir de 1948. Termos como “centro” e “periferia” (adotados neste trabalho) são concebidos neste contexto e estruturam o pensamento estruturalista que enxerga nos sistemas de subordinação e deterioração de termos de comércio a causa intrínseca da condição subdesenvolvida de tantos países, sobretudo os latino-americanos, como assinala Couto (2017).

Dentro deste quadro de pensamento que se inaugurou com figuras como Prebisch, a CEPAL destacava-se como hegemonia intelectual na região e no período (Hernández, 2023) com seus quadros integrando comissões de planejamento em governos nacionais e demais organismos internacionais com seus diagnósticos e prognósticos, feito a partir do qual o biógrafo de Prebisch, Edgar Dosman, em sua obra de 2011 pontua que a CEPAL emerge como um laboratório regional até a UNCTAD I em 1964 (p. 250), com destaque à Xª Sessão do Período de Atividades em 1963 em Mar del Plata, Argentina na qual mesmo países do bloco socialista fazem parte para manterem-se a par dos debates e encaminhamentos dos países da região para a primeira conferência da UNCTAD, a partir da CEPAL, como é possível verificar em um relatório interno do Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores do Brasil) do mesmo ano.

Nesta intensa simbiose entre instituições, pensadores, ideias e atores internacionais, se por um lado fica clara a influência dialética e recíproca de uns sobre os outros neste quadro de intensa redefinição de paradigmas intelectuais e políticos sobre históricas estruturas

econômicas e sociais, determinar a proporção e o modo como essa relações se deram é mister para uma compreensão mais aprofundada e detida do contexto.

Se, como pontuado, nas palavras de Dosman a CEPAL emerge como um “laboratório regional das práticas de desenvolvimento” (2011, p. 250) para a UNCTAD, a influência de uma comissão econômica regional de uma das regiões mais pobres do mundo e criada há poucos anos pode de fato induzir a criação de uma conferência mundial permanente sobre temas tão centrais e caros ao período como comércio e desenvolvimento? Se de fato este estímulo se verificou, em que medida e o quão determinante ele foi para a instituição da UNCTAD?

Em parte, se este estímulo puder ser verificado na presença das ideias da CEPAL projetadas nas diretrizes para a primeira reunião da conferência (UNCTAD I, 1964), caso seja possível falar em um “pensamento cepalino”, o que ele seria? De onde retirar suas principais ideias, métodos, objetos de atenção e propostas de intervenção? E, se esteve presentes nos debates desta conferência inaugural, de que modo o rastrear?

Se o Estado da arte, indicando a proeminência da CEPAL no contexto e o momento singular da UNCTAD possibilita vislumbrar a influência da primeira na segunda, inclusive sobre o próprio fato de sua criação, a hipótese deste trabalho será de que o pensamento estruturalista cepalino foi determinante para a criação da UNCTAD e a definição de seu perfil terceiro-mundista, ao menos em sua primeira reunião, em 1964 – que é o objeto de pesquisa central, definido em recorte histórico.

A grande questão que se deriva doravante a hipótese apresentada não é somente absoluta (se houve ou não influência), mas, se verificada tal influência, de que modo e em que proporção ela se deu – ou seja, também é proporcional. Esses três parâmetros (existência, maneira e proporção) acerca da influência cepalina sobre a UNCTAD guiarão os objetivos deste projeto.

Uma vez levantada a hipótese - de que houve influência das ideias cepalinas sobre a criação e a formação da CEPAL - cabe delinear o objetivo geral e os objetivos específicos (três, a partir dos parâmetros indicados a partir da hipótese) através das respostas aos quais a hipótese será testada. O objetivo geral se desmembra em três objetivos específicos que conduzirão cada uma das etapas do trabalho:

- a) primeiro objetivo específico, quanto à existência: houve influência do pensamento cepalino na criação da CEPAL? Identificar as principais temáticas que definiriam o pensamento cepalino e verificar sua presença nas discussões da UNCTAD I a partir

das abordagens utilizadas para cada um destes temas, isto é, como eram encarados e estudados, e, a partir delas, quais propostas de intervenção se formulavam, ou seja, como poderiam ser superados e/ou modificados os contextos diagnosticados conforme o pensamento cepalino;

- b) segundo objetivo específico, quanto à maneira: de que modo, como o pensamento cepalino influenciou a criação da UNCTAD? Sistematizar os principais tópicos e abordagens adotados pelo pensamento cepalino e identificar em que momentos foram tratados, por quais atores foram levados e em que documentos e encaminhamentos se fizeram presentes;
- c) terceiro objetivo específico, quanto à proporção: em que medida o pensamento cepalino influenciou a criação da UNCTAD? Averiguar o grau de centralidade que tais temáticas ocuparam nos momentos que foram tratados e o grau de importância que eles representavam pelos atores que o utilizaram, bem como o papel definidor que ocupavam nos documentos e encaminhamentos que foram verificados – isto é, se foram temas meramente acessórios ou centrais (constitutivos e incontornáveis) nestas discussões e seus desdobramentos. A expressão da mensuração desta importância – de forma quantitativa ou qualitativa – será definida conforme a análise dos debates permitir construir estes resultados esperados, mas, como primeiro parâmetro estipulado (passível de alteração) de antemão estabelece-se que, se a ocorrência dos pontos da CEPAL for considerada como central em mais da metade dos referenciais da UNCTAD I, a influência pode ser atestada. Graus e qualificações da mesma poderão ser definidas ao longo da execução do trabalho, sobretudo nesta etapa do terceiro objetivo.

A partir desta breve relação do objetivo geral com os específicos, pode-se balizar as linhas mestras que conduzirão a investigação desta influência, a partir do que a hipótese propõe. Se, em termos gerais, busca-se saber como o pensamento estruturalista cepalino influenciou a criação da UNCTAD, primeiramente, como estipula o primeiro objetivo específico, deve-se saber se houve, de fato, influência. Para tal, de antemão, deve-se qualificar o que seria um pensamento cepalino. A partir das principais publicações da instituição no período, levantar-se-ão os principais tópicos abordados e a maneira como a instituição os analisava, e, doravante, como articula as propostas de intervenção sobre eles - basicamente, o que consideravam como temas principais de estudo, como manipulam estes temas com seu

arcabouço teórico e que alternativas propunha para tal realidade. Identificados e tipificados, averiguar-se-á a presença de tais tópicos, abordagens e propostas nos documentos da UNCTAD I - se apareciam em quantidade considerável de vezes e se ocupavam temas consideráveis de discussão.

Posteriormente, caso verificada tal presença, parte-se então ao segundo objetivo específico, que se detém sobre o modo como tal influência se faz, a maneira. Sistematizando tais pontos principais do pensamento cepalino (os chamados pontos da cepal, isto é, localizando-os e relacionando-os dentro do conjunto da obra selecionada para definir esta escola de pensamento), localizar-se-á sua presença conforme três principais referenciais da UNCTAD I: momentos, atores e encaminhamentos - em que situações (momentos: assembleias-gerais, grupos de trabalho e reuniões bilaterais, por exemplo), a partir de quais participantes (atores: diplomatas, membros da UNCTAD ou observadores, por exemplo) expressas em quais diretivas (encaminhamentos: como relatórios, atas ou encaminhamentos finais, por exemplo) esses temas levantados e sistematizados aparecem.

Finalmente, quanto ao terceiro objetivo específico, que se refere à proporção de importância que tais pontos estiveram presentes verificar-se-á se sua presença é meramente acessória, coadjuvante ou referencial, central aos debates como fonte de discussão e proposição nos temas os quais a recém-criada conferência se propunha a discutir. Como apontado na apresentação deste objetivo, intentos de apresentação desta proporção estabelecer-se-ão ao longo da execução do projeto, ou seja: a maneira com que essa expressão será feita (por meio de levantamentos, quadros, tendências ou outros instrumentos, por exemplo) dependerá do modo (segundo objetivo específico, anterior) com que essas ocorrências serão diagnosticadas. Destarte, se contempladas as três etapas, a hipótese levantada pode ser confirmada,

posto que o objetivo geral só pode ser interinamente considerado atingido se cada uma de suas três partes constituintes - cada um dos objetivos específicos - for atingida. Se somente o primeiro objetivo específico for atendido, a hipótese é parcialmente atestada na medida em que se pode notar certa influência cepalina na criação da UNCTAD, mas é colateral, ou mesmo pouco significativa. O segundo objetivo específico por si só é apenas um instrumento para averiguação do terceiro: somente identificadas as maneiras como essa influência procedeu pode-se compreender o grau de impacto da mesma, o qual, verificando-se uma presença central dos pontos da cepal na maioria (isto é, mais da metade, como parâmetro prévia, mas não definitivamente estabelecido) de cada um dos referenciais levantados no

segundo objetivo específico (momentos, atores e encaminhamentos) pode ser considerado atingido, e, uma vez assim classificado, a hipótese se justifica: o pensamento estruturalista cepalino exerceu influência determinante à criação da UNCTAD.

A partir dos objetivos propostos, pode-se delinear o método e os materiais com que esse trabalho se propõe utilizar para atingi-los, ou, minimamente, testar a hipótese proposta. Para tal, de antemão, deve-se deixar claro que se trata de uma análise documental exploratória e institucional ao passo que, embora se inicie a partir de uma revisão bibliográfica do Estado da arte que guiou a reflexão das problemáticas e questões de pesquisa, a busca para tais objetivos se deterá sobre documentos institucionais de cada uma das instituições pesquisadas - CEPAL e UNCTAD - para tal. Nisto, busca-se explorar a presença dos pontos da CEPAL nos referenciais da UNCTAD (objetivos específicos primeiro e segundo, respectivamente) em documentos, justamente, da CEPAL e da UNCTAD, institucionais: não de importantes membros de seus corpos institucionais tampouco de publicações acadêmicas e/ou discursos e manifestos políticos da época sobre o tema, mas unicamente documentos institucionais oficiais de cada uma das instituições. Caso manifesto deste apontamento é a figura de Raul Prebisch: central para a compreensão dos debates da área no período e incontornável para a própria história institucional de cada uma das duas, sua atuação e suas publicações serão consideradas neste trabalho, mas não analisadas – o objeto de pesquisa são as instituições, mais especificamente a UNCTAD I, e não o economista argentino.

Com isto, faz-se o primeiro recorte da pesquisa: material. Materiais como relatórios, boletins, atas, resoluções e informes oriundos de publicações oficiais dessas instituições são a fonte primária de documentos a serem analisados, tratados e explorados em si (compreendidos dentro de seu contexto, mas, em um primeiro momento, cada documento por si só com suas principais partes, informações e potenciais dentro do projeto) e entre si (o modo como podem dialogar entre si dentro do quadro geral econômico, político, social, diplomático e intelectual que se inserem), sendo então discursos, reflexões e demais publicações - acadêmicas ou não - de ordem pessoal fontes secundárias ao objetivo proposto, subsidiárias às primárias. Faz-se mister salientar esta ordem de importância não somente pelo fato de qualificar os termos da busca documental (exploratória e institucional), mas também, senão sobretudo, como forma de introduzir uma nova perspectiva dentro do debate que se encontrou sobre o tema na literatura, que é fazer uma análise institucional direta e comparada, ainda que restrita ao campo das demais - e não das tratativas diplomáticas diretas, como se faria em um trabalho de história diplomática, por exemplo. Grande parte da produção ora encontrada que se detivesse

a fazer dialogar ambas as instituições, quando muito, fazia-o pela figura de Prebisch (secretário-geral formatador essencial da CEPAL e primeiro ocupante do cargo na UNCTAD).

A partir destas diretrizes, cada um dos documentos primários foi recolhido a partir dos repositórios digitais de cada uma das instituições e posteriormente organizados e rotulados conforme tipo de documento, data e referência sobre o assunto de modo a possibilitar um tratamento mais direto, detido e organizado sobre cada um deles. As fontes primárias da CEPAL centram-se nos relatórios institucionais anualmente publicados a partir de 1948 e até 1963 (último relatório publicado antes da UNCTAD I) com seus diagnósticos e prognósticos por sua tamanha influência em governos locais e demais órgãos e agências de fomento ao desenvolvimento da época - um dos primeiros objetivos da CEPAL era justamente coletar, organizar, sistematizar e manipular dados socioeconômicos da região até então muito escassos ou mesmo inexistentes. Quanto à UNCTAD, foram escolhidos a ata completa da primeira reunião e a declaração política (political statements, conforme o documento original) por sua qualidade enquanto documentos oficiais revisados e pormenorizados de todas as atividades, com suas discussões e votações, ocorridas entre 23 de março e 16 de junho de 1964 em Genebra, na Suíça.

Escolhidos e catalogados, o tratamento dos documentos utilizou-se então de outra inovação experimental: o uso de inteligência artificial - parcial, inicial e verificado. Dadas as limitações temporais, pessoais e mesmo metodológicas para compulsar tamanha quantidade de material - cada relatório possui cerca de 300 páginas, volume equivalentes aos documentos da UNCTAD, sem contar outras fontes primárias utilizadas (como discursos ou memorandos, explorados ao longo do trabalho), tampouco as fontes subsidiárias (toda a revisão bibliográfica feita e publicações paralelas utilizadas para contextualização e compreensão mais acurada das fontes primárias) - o uso de inteligência artificial será feito somente como um primeiro tratamento de material; visto como alternativa para ampliar os horizontes de material, e, assim, de possibilidades de obtenção de informações dado o fato de que, feitas todas as leituras e análises tradicionalmente, quando muito poder-se-ia analisar um relatório específico, o que, dada a ocasionalidade deste ou daquele ano, poderia enviesar o trabalho ao captar tópicos específicos demais do que se pretende delinear como pensamento cepalino.

Neste sentido, o uso de inteligência artificial (IA) é parcial na medida em que é utilizada somente na primeira etapa de análise documental, de obtenção dos dados brutos como principais e mais recorrentes pontos, bem como tendências gerais de cada documento; inicial na medida em que se restringe a esta etapa, não se passando a nenhuma das

subsequentes (nenhum texto aqui escrito, conclusão retirada ou conexão estabelecida, por exemplo, são frutos de IA); e verificado na medida em que para se evitar incongruências de leitura da IA, amostras aleatórias serão captadas e analisadas separadamente para se verificar o obtido - caso o resultado geral obtido se justifique, se segue com o uso, caso contrário, busca-se trocar a ferramenta utilizada, seja por outra IA, seja para métodos tradicionais, ainda que para isso reduzem o escopo documental. A ferramenta utilizada, no caso, é o NotebookLM, interface da Gemini (IA do Google) que permite o tratamento de uma grande quantidade fontes através da interação com as fontes selecionadas em um chat no qual comandos para a interação com uma ou mais pode ser feito e produtos desta interação gerados, como guias de estudo, linhas do tempo ou mesmo mapas mentais, por exemplo - nenhum deste utilizados neste trabalho, que se resume a obter dados gerais brutos dos documentos selecionados.

Tendo em vistas as ponderações feitas acerca do uso de IA neste trabalho, com as ressalvas e etapas delineadas, o autor declara ter utilizado o NotebookLM, recurso do Google voltado à pesquisa e redação, para facilitar a análise de uma grande quantidade de fontes. Ressalta-se que todas as ideias, análises e interpretações presentes no artigo são de responsabilidade exclusiva do autor. Fontes primárias e secundárias foram diretamente consultadas, e o uso de ferramentas de inteligência artificial foi sempre acompanhado de revisão criteriosa, acompanhada de confirmação de revisão aleatória posterior, sem qualquer geração automática de texto ou dados sem validação, nem produção de conteúdo impreciso, em nenhum momento deste trabalho.

Seguindo-se então a sequência explanatória das etapas de pesquisa explicitadas nos objetivos, através do levantamento dos principais pontos da CEPAL, de seu pensamento estruturalista, um quadro geral, sintético e não-exaustivo será montado com as principais ocorrências verificadas com breve correlação entre elas traça (como podem dialogar entre si ou mesmo que posição ocupam dentro do quadro geral).

Passa-se posteriormente à segunda etapa, em que dois documentos da UNCTAD I serão analisados: a ata geral (majoritariamente descritiva) e a declaração política (majoritariamente prescritiva) da conferência e neles localizados os referenciais nos quais os pontos da teoria cepalino serão buscados (momentos, atores e encaminhamentos). Identificando e esquematizando tal presença - seja em um quadro geral como na primeira parte, seja como tabelas e gráficos simples de ocorrências ou mesmo mapas de fluxo (a ser definido conforme o material analisado permitirá construir) em que buscar-se-á verificar a

existência (se vê-se a presença de tais pontos nos referenciais) e o modo como essa influência se deu. Verificados estes dois procedimentos, pode-se então seguir à terceira etapa.

Segue-se então à análise proporcional em que o grau de penetração dos pontos cepalinos poderá ser verificado nos referenciais levantados na etapa passada, em que podem ser encarados como acessórios ou centrais na definição dos debates e dos encaminhamentos tidos a partir da conferência, e, para consideração de pelan influência, ao menos metade dos pontos levantados presentes nos referenciais da UNCTAD I devem exercer papel central.

Caso verificadas as três etapas destacadas (e, por conseguinte, confirmada a hipótese inicial) será possível então ver o modo e grau de influência de como uma instituição regional e neófito - a CEPAL - pautou e definiu em termos intelectuais - senão mesmo institucionais e políticos, mas que não são objetos de estudo deste trabalho - o estabelecimento e as dinâmicas de funcionamento de um órgão perene de debate e negociação de países subdesenvolvidos que, juntos, congregavam a maior parte da população terrestre – a UNCTAD.

2 DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento deste artigo centra-se essencialmente nos resultados parciais de pesquisa até aqui obtidos, centrados na apresentação dos Pontos da CEPAL. Primeiramente, pois, quanto aos temas identificados e discutidos, destacam-se em termos de recorrência nos relatórios e importância no panorama geral de análise cinco principais tópicos: balanço de pagamentos, fluxos de capital, inflação, perspectivas setoriais e possibilidades de reforma - este último já levando, conseqüentemente, às etapas seguintes das abordagens utilizadas e sobretudo das propostas de intervenção, apresentadas posteriormente.

Considerando sua abordagem intrinsecamente internacionalista da condição socioeconômica dos países da região, a CEPAL demonstra que a balança de pagamentos é considerada o termômetro mais sensível da posição econômica dos países da região no pós-guerra, refletindo o ritmo de desenvolvimento e as situações de inflação.

A estrutura da balança de pagamentos típica de países subdesenvolvidos é apresentada com saldos favoráveis na conta de mercadorias sendo contrabalançados por saldos adversos na conta de serviços e remessas de capitais estrangeiros investidos - o chamado comércio invisível -, variando consideravelmente conforme tempos e tendências do comércio internacional. Nisto, as importações dependem quase inteiramente das exportações, posta a necessidade de se importar com a moeda estrangeira obtida das exportações, cada vez mais incapazes de cobrir as necessidades de importação, dados os crescentes montantes de

exportações de matérias prima e bens primários para se obter a mesma quantidade, senão menor, de itens importados de maior valor agregado - a chamada teoria da deterioração dos termos de troca. Já a inconvertibilidade, ou muito limitada capacidade de conversão das moedas da região e a escassez de dólares foram problemas notórios, forçando severas restrições às importações e orientando o controle para a distribuição geográfica de pagamentos e ingressos, em esboços de primeiras políticas de planejamento a partir de instrumentos cambiais. Dentro da esfera da análise dos balanços de pagamentos, os distintos regimes cambiais operantes na região denotam que muitos países implementaram inicialmente regimes de controle de câmbios (como taxas múltiplas, controle de ingressos e saídas de divisas, por exemplo) para manter o equilíbrio da balança de pagamentos e impedir o esgotamento das reservas (Organização das Nações Unidas, 1951, p. 205), e posteriormente uma tendência a substituir de maneira gradual os tipos múltiplos por meios ortodoxas, como tarifas aduaneiras, ou complementar os controles com a busca por soluções ortodoxas. Esse cenário todo se delineava na medida em que embora as reservas de ouro e dólares estivessem mais altas em termos absolutos a fim de 1952 do que antes da Segunda Guerra Mundial, sua capacidade de cobrir importações havia se reduzido, dada a subida dos preços e o aumento da quantidade de bens importados (Organização das Nações Unidas, 1954, p. 2).

Seguindo-se então para o exame acerca dos fluxos de capital e de inversões estrangeiras, os relatórios buscavam demonstrar as dinâmicas com que a inserção internacional dos países analisados permaneceram iguais ou se pouco alteravam com os anos. De modo geral, os relatórios demonstram que a inversão direta líquida na região teve uma tendência decrescente, enquanto os empréstimos a longo prazo (especialmente para o setor público ou com garantia governamental) cresceram rapidamente - conotando um período de generalizado endividamento público. O primeiro tópico examinado para tal são as remessas de lucros e juros para o exterior, em que os pagamentos de serviço do capital estrangeiro (juros, lucros, amortizações) representam uma parcela significativa e crescente do passivo latino, especialmente os juros sobre empréstimos tomados em grande parte justamente para cobrir os déficits sobre a balança de pagamento, cada vez mais pressionada. A Venezuela, por exemplo, devido ao setor petrolífero, contribuiu entre os anos de 1951 e 1952 com mais de 40% do total das remessas de utilidades para os Estados Unidos (Organização das Nações Unidas, 1954, p. 108). O capital oficial, assim dito por ter origem de governos estrangeiros e organizações internacionais, especialmente na forma de empréstimos a longo prazo aos governos latinos sob a forma de dívida pública de instituições internacionais e agências governamentais dos

Estados Unidos, aumentou consideravelmente nos anos relativos aos relatórios analisados e se tornou o fator mais importante no lado do ativo da conta de capital (Organização das Nações Unidas, 1963, p. 102). Esses empréstimos frequentemente se destinam a setores básicos, como energia elétrica e transportes (infraestrutura). Já os movimentos de capital privado de longo prazo desempenharam um papel secundário. Um obstáculo fundamental para as inversões diretas no período foi a chamada dupla tributação, isto é, quando dois entes tributantes (por exemplo, dois países) cobram dois tributos sobre o mesmo fato gerador - poucos países haviam firmado acordos com países centrais sobre o tema (somente Honduras, na região, em 1956 com os EUA (Organização das Nações Unidas, 1958, p. 61).

O terceiro tópico se refere a um dos debates mais importantes no período aos governos latinos: a inflação, que desde o período já se situava como um debate político e econômico acalorado e central, tratado recorrentemente como um dos temas mais presentes enquanto um sintoma dos desajustes estruturais das economias subdesenvolvidas e dependentes em transformação na região. A maioria dos países enfrentou situações inflacionárias severas, que se manifestaram como pressões monetárias e cambiais urgentes, com desdobramentos sociais e políticos críticos, variando conforme cada caso nacional. O processo inflacionário teve suas origens e foi frequentemente alimentado pelo crédito bancário (a particulares e governos), por déficits fiscais financiados por emissões do Banco Central e por desajustes estruturais entre a oferta e a demanda, agravados pelo atraso em setores básicos, em grande parte devido às restritas capacidades de importação (Organização das Nações Unidas, 1959, p. 79). Complementarmente à sequência de desajustes que provocavam e perpetuavam a inflação, os relatórios ainda apontam uma estrutura fiscal regressiva que agravava toda a situação: o sistema tributário latino-americano foi caracterizado pelo predomínio de impostos indiretos sobre os diretos, o que sugere um alto grau de regressividade, isto é, incidiam mais sobre a massa de menor renda no país, contribuindo para a sua concentração (Organização das Nações Unidas, 1956, p. 139), ao passo em que carga tributária global em relação ao Produto Nacional Bruto fosse geralmente inferior à dos países mais desenvolvidos. Como vias percebidas de combate, os instrumentos monetários utilizados incluíram a variação dos requisitos de encaixe dos bancos comerciais, a imposição de limites diretos ao crédito bancário e a regulação do redesconto, referindo-se em grande parte às origens da inflação. Utilizando-se de tais meios, muitos governos implementaram esforços de estabilização monetária visando a restauração da estabilidade através de uma severa redução da demanda interna total (Organização das Nações Unidas, 1962, p. 153). Alternativamente, entretanto,

muitos países recorreram a formas não ortodoxas de financiamento do déficit (como através de emissões de títulos da dívida do Banco Central, por exemplo) devido à deterioração do mercado de títulos internos pela inflação. A dívida pública interna, frequentemente absorvida por fundos de previdência social, entretanto, era substancial.

Passando então para investigações mais focadas em setores específicos da economia ao invés de estruturas mais gerais e pontos de gargalo a serem combatidos, tem-se então as perspectivas setoriais como campos de combate aos problemas apresentados, em um contexto em que a aceitação de sistemas de planejamento por parte dos governos e da opinião pública cresceu, sendo vistos como instrumentos essenciais para racionalizar as decisões e promover o desenvolvimento. O setor de destaque visto como chave para a superação do subdesenvolvimento é justamente a industrialização em seu papel de substituição de importações. Complementarmente aos esforços de industrialização, requeria-se, pois, meios para viabilizar a consecução, o funcionamento e o escoamento do novo parque industrial almejado por meio de infraestrutura e energia, nos projetos de energia elétrica e transportes que absorveram grande parte dos investimentos públicos: observou-se um impulso no uso de recursos hidroelétricos em detrimento de plantas térmicas menores, e uma intensificação na construção de rodovias (Organização das Nações Unidas, 1964a, p. 119). Em que pese o enfoque na evolução de sistemas mais modernos de produção, não foram ignoradas atividades tradicionais e históricas da região, com o predomínio ainda absoluto à época da participação da agricultura nas atividades econômicas, apontando a necessidade de melhorias de problemas que incluíam a baixa acessibilidade a crédito para os setores camponeses mais necessitados, e deficiências logísticas, em que a carência generalizada de infraestrutura de produção e escoamento na região era notória.

Considerando todos os tópicos já apresentados, os relatórios apontam como objetos de análise alguns programas de reformas já em fase de implementação na região que, se adaptados e expandidos, apresentavam grande potencial de consecução dos projetos de desenvolvimento econômico em pauta. O primeiro deles é a reforma agrária em que a necessidade de substituir o regime de latifúndio e minifúndio por um sistema justo de propriedade era postulado pelos relatórios. A legislação buscava a conciliação entre a distribuição de terras e a inviolabilidade da propriedade privada, mas a execução prática fez-se difícil e requerente de grande competência administrativa - como exemplo, a Venezuela implementou uma lei de reforma agrária notável, incluindo a indenização em títulos (Organização das Nações Unidas, 1960, p. 139) Finalmente, um esforço regional comum se

fazia útil em vias de uma maior integração econômica entre os países da região, no reconhecimento das limitações dos mercados nacionais (especialmente na América Central) que levou e deveria levar a importantes iniciativas de integração regional, como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e a integração centro-americana, por exemplo.

Tendo-se o panorama dos principais temas tratados pela CEPAL no período, isto é, aqueles que apareceram com maior recorrência e cujas discussões e investigações se mostraram mais detidas, detalhadas e discutidas, percebe-se de antemão uma forma de diagnóstico como se fosse uma gramática da patologia do subdesenvolvimento da região pela organização, isto é, expressando as causas e características de um problema em termos técnicos tal qual um diagnóstico médico sobre determinada doença, lançando mão, como adiante será demonstrado, as vias de soluções dos problemas apresentados, conectando causas (temas) a meios de superação (propostas de intervenção) e a partir dos respectivos métodos de tratamento (abordagens utilizadas).

Principia esta segunda etapa uma apresentação da metodologia macroeconômica geral realizada sobretudo a partir da análise de crescimento e renda, que a CEPAL desenvolveu instrumentos de análise adequados à índole dos fenômenos latino-americanos, especialmente a influência dos fatores externos: o movimento do Produto Bruto (produção) e do Ingresso Bruto (volume investido), por exemplo, eram comparados para medir o efeito da relação de preços (termos de troca) sobre a taxa de crescimento (Organização das Nações Unidas, 1954, p. 23). Para tal, os estudos envolveram um esforço considerável de compilação de séries estatísticas nas quais os dados eram convertidos a valores constantes (geralmente a preços de 1950). Para os cálculos do Ingresso Bruto, a CEPAL utilizou informações de até 16 países, revelando grande amplitude de análise (cobrindo cerca de 96% a 98% do PIB da região, pois) (idem, p. 32). Neste feito, apesar de utilizar instrumentos de análise específicos sobre as dinâmicas da região, parâmetros comuns de quantificação dos dados e cálculos operados obedeciam trâmites comuns de tratamento, em vias de conferir confiabilidade técnica e conferência metodológica.

Expostos os métodos gerais de análise, as abordagens passam a se deter sobre os temas elencados na primeira etapa. Seguindo esta lógica, a primeira abordagem se detém sobre o setor externo e a balança de pagamentos vista como o "termômetro mais sensível" da posição econômica dos países no pós-guerra: a abordagem consistia em analisar a estrutura da e as tendências da balança de pagamentos e afirmar que sua composição não havia se alterado

substancialmente desde o pré-guerra, mantendo-se o padrão típico de países subdesenvolvidos (com superávit em mercadorias compensado por déficit em serviços e remessas de capital). Adicionalmente, para se compreender os componentes desta estrutura constantemente pressionada, primeiramente sob o lado da oferta de moeda estrangeira se concentrou o estudo da inversão estrangeira em que foi examinada a entrada de capitais (incluindo capital privado, oficial e empréstimos de longo prazo - empiricamente, censos de investimentos estrangeiros dos EUA foram utilizados para investigar a estrutura financeira e a composição das inversões (Organização das Nações Unidas, 1954, p. 39). Sob o lado da demanda de moeda estrangeira, por sua vez, constatou -se a baixa capacidade de importação utilizada para medir a vulnerabilidade externa e a influência das condições internas (como a produção primária e a política de industrialização) em sua evolução.

Como possibilidades concretas de agência frente ao cenário de vulnerabilidades, as políticas econômicas do governo passíveis de planejamento e coordenação se baseiam no tripé moeda, câmbio e fisco. Os instrumentos de política monetária estudados incluíram a variação dos requisitos de encaixe dos bancos comerciais, a limitação direta ao crédito bancário e a regulação do redesconto do Banco Central (idem, p. 230). No caso do Chile, por exemplo, a CEPAL realizou uma análise detalhada da inflação, diferenciando o fenômeno novo da espiral de preços e salários (onde o instrumento sindical ganhou importância) dos tipos tradicionais de inflação, buscando discernir as lições da experiência chilena para o restante da região (Organização das Nações Unidas, 1955, p. 38). Frente à pressão quase inexpugnável do balanço de pagamentos apontada, a utilização de tipos múltiplos de câmbio foi estudada como um instrumento de política cambial favorito, ou ao menos substituto a políticas fiscais mais ortodoxas (como tarifas ou impostos sobre a renda). A abordagem era que o regime cambial múltiplo oferecia maior viabilidade de atuação para alcançar objetivos protecionistas, de fomento e de equilíbrio da balança de pagamentos, compensando a diferença de resultados em comparação com métodos mais finos. Ainda como possibilidade política de planejamento, a política fiscal se esboçava útil a partir do financiamento governamental e da estrutura tributária: o sistema tributário foi analisado pela importância relativa dos impostos diretos e indiretos, fornecendo uma primeira ideia aproximada da incidência tributária e identificando fontes potenciais de receita interna.

Assim como operado na identificação dos temas, depois de abordadas questões estruturais mais gerais da economia, passava-se a uma análise setorial da constelação de desafios e potenciais de cada setor, com as respectivas possibilidades de mudança

interconectadas e complementares entre si, em uma visão detida, mas ao mesmo tempo global do processo de desenvolvimento. Como apontado, o processo de industrialização por substituição de importações era visto como carro-chefe para as perspectivas de incremento de renda e diminuição das necessidades de importação, e, portanto, de pressão sobre a balança de pagamentos. O estudo da indústria envolvia a análise da composição das importações para medir o grau de substituição de importações exequível (passando de bens terminados para materiais e bens de capital). A agricultura foi estudada através de programas e atividades de fomento, analisando mormente a produção de itens específicos (cereais, café, carne) apesar de haver espaço para análises específicas e pormenorizadas de casos nacionais em que questões agrícolas ainda encontrassem pontos de gargalo para o desenvolvimento conjunto das demais atividades. A CEPAL utilizou avaliações técnicas realizadas por missões conjuntas (como da FAO e do BIRD) para estudar problemas estruturais e logísticos (como reforma agrária ou planos coerentes) (Organização das Nações Unidas, 1954, p. 180).

Como constatado nas etapas anteriores, o primeiro tópico a serem feitas propostas é o setor externo e a balança de pagamentos, o qual, a partir da constatação de que o problema central na região era a insuficiência de divisas para atender às aspirações de importação, especialmente após o esgotamento das reservas acumuladas durante a guerra, fazia-se mister a industrialização por substituição de importações. A política de industrialização por substituição de importações foi vista como um meio fundamental para fortalecer o mercado interno e evitar desequilíbrios resultantes da dependência de mercados estrangeiros para a venda de produtos agrícolas. Era, pois, uma necessidade urgente substituir certas importações por produção nacional para equilibrar a balança de pagamentos. O desenvolvimento exigia uma mudança na composição das importações, priorizando matérias-primas, combustíveis e bens de capital, em detrimento de bens de consumo, que deveriam doravante ser produzidos interna, nacionalmente - destarte, esperava-se que a industrialização tornasse a economia menos suscetível a crises e flutuações externas. Contudo, essa nova fase exigia um alto nível de investimentos e, transitoriamente, poderia demandar uma maior capacidade de pagamentos externos, gerando um círculo vicioso ao pressionar novamente a balança de pagamentos. A Argentina, por exemplo, buscava aproveitar suas exportações primárias para diminuir a dependência delas (Organização das Nações Unidas, 1954, p. 36). A defesa da balança de pagamentos era uma preocupação básica, buscando eliminar o déficit sem prejudicar o desenvolvimento econômico, de modo que políticas cambiais e fomento às exportações eram vias lógicas para depressurização, com instrumentos menos ortodoxos como o controle de

câmbios e as restrições quantitativas de importação, largamente utilizados. Os regimes cambiais com tipos múltiplos serviam como substitutos práticos para as técnicas fiscais (impostos e tarifas) mais ortodoxas, que eram consideradas menos viáveis política e economicamente em muitos países. Em períodos posteriores, houve mesmo uma tendência para a atenuação dos controles e o estabelecimento de regimes cambiais mais flexíveis, simples e realistas, que refletissem os custos de produção e o poder de compra da moeda. Deste modo, era necessário aumentar as exportações e incentivar a diversificação para compensar a baixa dos preços de produtos primários. A estabilidade macroeconômica e política financeira aparecem então como pontos de ataque a tendências recorrentes que neutralizavam os esforços de desenvolvimento, sobretudo a inflação e a estrutura fiscal regressiva, reiteradamente já apontadas. As propostas anti-inflacionárias geralmente incluíam equilíbrio orçamentário, congelamento de preços (e salários), modificação do regime cambial, e restrição e seleção creditícia. A eliminação da pressão inflacionária exigia que as políticas fiscal, monetária e de salários/preços fosse coordenada, de modo que a restrição do crédito bancário ao setor privado foi uma tática comum nas políticas de estabilização, visando conter a demanda total. Instrumentos como redesconto, taxas de juros e reservas obrigatórias eram limitados em sua eficácia, levando ao uso de controle de câmbio como instrumento regulatório. Puseram-se em marcha também reformas fiscais mais progressivas, baseadas no imposto de renda e com maior capacidade de arrecadação, necessárias para financiar o aumento dos gastos e investimentos públicos de forma não inflacionária. O superávit orçamentário (poupança do Estado) era sugerido como meio de suprir a deficiência da poupança espontânea da população para a capitalização (Organização das Nações Unidas, 1955, p. 20). Para acelerar o crescimento, era imperativo aumentar o coeficiente de investimentos. Em países onde o consumo absorvia uma proporção crescente da renda, o setor público assumia a responsabilidade de canalizar o gasto social e estimular a poupança através de incentivos fiscais, a partir dos quais melhor distribuição de renda era crucial não só por justiça social, mas também para combater a estagnação em setores produtivos e expandir o mercado interno (Nações Unidas, 1964, p. 4).

O desenvolvimento exigia mudanças na estrutura da produção e na composição das importações para a superação de problemas estruturais e setoriais em um planejamento articulado e integral: a tese de que os problemas não se resolveriam com medidas isoladas ganhava força, exigindo uma política prospectiva que modificasse a estrutura de produção. A planificação emergiu como um instrumento essencial para racionalizar decisões

governamentais, definir metas de desenvolvimento e implementar reformas institucionais. Nesse esforço geral de coordenação intersetorial, então, era necessário integrar o desenvolvimento industrial ao progresso técnico e à expansão da agricultura, aproveitando as possibilidades de aumentar os rendimentos e a produtividade. As medidas de fomento agrícola incluíam aumento de gastos públicos, maior atenção a serviços, crédito planejado como no caso da Argentina, focando em otimização ecológica, e mecanização. (Organização das Nações Unidas, 1954, p. 136). Este conjunto de esforços otimizadores incluía, obviamente, a reforma agrária como reforma da estrutura de posse da terra, vista como uma solução básica e essencial, pois os sistemas existentes eram socialmente indesejáveis e representavam um obstáculo ao progresso da produção e da produtividade. O sucesso das propostas estava condicionado a fatores internos e externos, que, embora buscassem alterar as condições estruturais de subordinação da região, buscavam fazê-lo ainda muito pautadas por mecanismos ortodoxos de estabilização econômico como na busca do crescimento pelo aumento das exportações e contenção de determinados gastos do governo, por exemplo. Para a obtenção deste crescimento acelerado, mas estável, essencialmente 3 “C”s deveriam ser buscados como possibilidades de reforma: crescimento, cooperação e confiança. Crescimento futuro: o ritmo de crescimento dependia fundamentalmente de três elementos: a possibilidade de aumentar as exportações, a relação de preços de intercâmbio e o afluxo de capitais estrangeiros, além do acerto e bom concerto dos programas de desenvolvimento (Organização das Nações Unidas, 1954, p. 21). Cooperação Internacional: em momentos críticos, o prognóstico dependia da cooperação financeira internacional para absorver mão de obra desempregada e financiar investimentos produtivos, evitando o retrocesso do processo de desenvolvimento em marcha (Organização das Nações Unidas, 1957, p. 13). Confiança social: a ausência de "confiança social" (devida à instabilidade política, falta de disciplina fiscal e monetária) era o pior inimigo do desenvolvimento. A consolidação dos planos de desenvolvimento como programas de governo contribuiria para estabelecer políticas ordenadas e reduzir a insegurança: “La inseguridad, en cualquiera de sus aspectos, es el peor enemigo del desarrollo” (Organização das Nações Unidas, 1964a, p. 4)

O grande desafio era encontrar o equilíbrio entre uma reforma social e econômica distributiva e o estímulo adequado ao investimento privado, aceitando que este equilíbrio poderia não ser alcançado no curtíssimo prazo, posto que tais reformas estruturais demandam mudanças de longo prazo referentes, como apontado, a ajustes frente ao setor externo na balança de pagamentos, ajustes de estabilidade macroeconômica provenientes de políticas

financeiras do governo e a superação de problemas estruturais e setoriais em uma concepção coordenada e integral de planejamento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desse artigo buscarão basicamente reunir o ora obtido e lançar luz sobre as próximas etapas de pesquisa, bem como possíveis desafios a se encontrar.

Primeiramente, tem-se em vista a rica possibilidade de uma análise institucional comparada que pode revelar sobre o período um novo método de pesquisa sobre um tema tão importante quanto as perspectivas de desenvolvimento no período estudado e as mudanças estruturais econômicas e sociais que ensejaram, listando-se, até agora os Pontos da CEPAL em seus temas, abordagens e propostas de intervenção em uma gramática da patologia na região.

Como desdobramentos futuros da consecução do trabalho, buscar-se-á uma comparação direta dos prognósticos de cada instituição na comparação direta de quadros sintéticos de cada uma, vendo primeiro em termos quantitativos a presença. Segue-se então uma depuração qualitativa com a análise posterior das relações entre cada prognóstico, e se as relações e/ou similitudes entre cada um são cabíveis, conforme o produzido por cada instituição, finalmente, aferindo-se o grau de influência, deve-se fazer teste da validade da hipótese através da proporção e de um balanço qualitativo da presença dos pontos da CEPAL nos referenciais da UNCTAD.

REFERÊNCIAS

BALAKRISHNAN, Rajagopal, "From Resistance to Renewal: The Third World, Social Movements, and the Expansion of International Institutions," *Harvard International Law Journal* Cambridge, v. 41, n. 2, primavera 2000, p. 529-578

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Relatório sobre alguns aspectos do décimo período de sessões da C.E.P.A.L. realizado em Mar del Plata de 6 a 17 de maio de 1963. Rio de Janeiro, 28 jun. 1963. 9 p. Documento confidencial. Datilografado. Arquivo IEB – USP, Acervo Celso Furtado, código de referência: CF-GJ-002.

COUTO, Joaquim Miguel. Raúl Prebisch e a concepção e evolução do sistema centro-periferia. *Revista de Economia Política São Paulo*, v. 37 n. 1), 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rep/a/F3zMtsNnqh9zwn3JpVHDNDz/?lang=pt> Acesso em: 20 abr 2025

DOSMAN, Edgar J. "Discovery of Latin America", "Solitary Scholar", "Claiming ECLA" e "Global Gamble" In: . *The life and Times of Raul Prebisch 1901–1986*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2008. p. 188-230, 250-272 e 378-409

FAJARDO HERNÁNDEZ, M. M. (2023). América Latina en el mundo: las Naciones Unidas, los cepalinos y los dependentistas. *Estudios Sociológicos* v. XLI, número especial, 2023

FAJARDO HERNÁNDEZ, M. M. . "Introduction" e "Latin America and the Postwar Global Order" In: . *The world that Latin America created: The United Nations Economic Commission for Latin America in the development era*. Cambridge: Harvard University Press, 2022. p. 1-43

KREPP, S. Fighting an Illiberal World Order: The Latin American Road to UNCTAD, 1948–1964. *Humanity: An International Journal of Human Rights, Humanitarianism, and Development*, Filadélfia, v. 13, n. 1, p. 86–103, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/hum.2022.0005> Acesso em: 20 jun 2025

LÓPEZ, Julio. Raúl Prebisch y el pensamiento estructuralista latinoamericano. *Problemas del Desarrollo. Revista Latinoamericana de Economía*, Cidade do México, v. 51, n. 202, julho-setembro 2020. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/10.2307/27124199> Acesso em: 16 abr 2025

MICKELSON, Karin. Rhetoric and rage: third world voices in international legal discourse. *Wisconsin International Law Journal*, Madison, v. 16, n. 2, p. 353-420, 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. SECRETARIADO. *Estudio Economico de America Latina*, 1950. Cidade do México, México: Conselho Econômico e Social, 1951.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. SECRETARIADO. **Estudio Economico de America Latina, 1951-1952**. Cidade do México, México: Secretaria da Comissão Econômica para a América Latina, 1954a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. SECRETARIADO. **Estudio Economico de America Latina, 1954.** Cidade do México, México: Secretaria da Comissão Econômica para a América Latina, 1955.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. SECRETARIADO. **Estudio Economico de America Latina, 1955.** Cidade do México, México: Secretaria da Comissão Econômica para a América Latina, 1956

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. SECRETARIADO. **Estudio Economico de America Latina, 1957.** Cidade do México, México: Secretaria da Comissão Econômica para a América Latina, 1958.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. SECRETARIADO. **Estudio Economico de America Latina, 1958.** Cidade do México, México: Secretaria da Comissão Econômica para a América Latina, 1959.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. SECRETARIADO. **Economic Survey of Latin America, 1960.** Santiago, Chile: Conselho Econômico e Social, 1961.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. SECRETARIADO. **Estudio Economico de America Latina, 1963.** Nova Iorque, Estados Unidos da América: Secretaria da Comissão Econômica para a América Latina, 1964a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. SECRETARIADO. **Estudio Economico de America Latina, 1963.** Nova Iorque, Estados Unidos da América: Secretaria da Comissão Econômica para a América Latina, 1964a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Beyond Conventional Wisdom in Development Policy An Intellectual History of UNCTAD 1964–2004.* Nova Iorque/Genebra: 2004

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Secretário-Geral (1961-1971: Maha Thray Sithu U Thant). São Paulo, 8 ago 1962, 16 f. Disponível em:
<https://revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66402> Acesso em: 21 jun 2025

THORNTON, C. Developmentalism as Internationalism. *Sociology of Development*, Oakland, v. 9, n. 1, p. 33–55, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/sod.2022.0012> Acesso em: 21 jun 2025